

INSTITUTO  
 Documentação  
 SOCIOAMBIENTAL  
 Fonte: DESP  
 Data: 24/7/95 Pg A-16  
 Class.: 49

AMBIENTE

# Zoneamento da Amazônia recebe críticas

*Programa sob a coordenação da SAE é contestado até por políticos do PMDB*

PABLO PEREIRA

O programa de zoneamento econômico-ecológico da Amazônia Legal, retomado pelo governo federal com a coordenação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), nem bem foi iniciado e já está sendo bombardeado. As primeiras críticas partem de integrantes do partido do presidente Fernando Henrique Cardoso, o PSDB, contra a forma de encaminhamento do programa.

"Por que a escolha da UnB", indagou o tucano Fábio Feldmann, secretário estadual do Meio Ambiente de São Paulo, questionando a intenção da SAE de firmar um convênio com a Universidade de Brasília para a formação de um centro de cooperação e pesquisas, antes de promover um debate nacional sobre o tema. "Só porque fica em Brasília?"

O secretário, deputado federal eleito por uma plataforma com propostas de defesa do ambiente, afirmou que discorda da forma como o governo inicia a processo. "Sou contra essa idéia de tratar o zoneamento como uma caixa preta", criticou.

Ele classificou o zoneamento econômico-ecológico como "fundamental", mas se declarou "cético" com a entrega da condução à SAE. Feldmann lembrou que acompanha essa discussão sobre zoneamento desde 1989. "Nesses anos a SAE não disse a que veio, não cumpriu prazos", argumentou. "Por que não se abre o processo a um debate com a sociedade?"

Aparício Carvalho de Moraes, também do PSDB e vice-governador de Rondônia, hoje no exercício do governo em substituição a Valdir Raupp, que está nos Estados Unidos,



Roberta Dabdab/AE

Feldmann: "Sou contra tratar o zoneamento como caixa preta"

é outro crítico. "Antes de ser tucano sou rondoniense", afirmou, explicando que não vai aceitar ingerências no projeto estadual, iniciado em 1988.

"Não vamos aceitar que o governo federal imponha suas diretrizes", disse o governador em exercício, comentando a intenção anunciada pelo presidente FH de rever os projetos estaduais. "O que nos irrita é que de

Brasília se planeja ações que não conferem com as necessidades dos Estados."

Mas para Enio Machado, secretário de Planejamento do Acre, os projetos de zoneamento devem ser revistos. "Essa medida é necessária", disse.

Para ele, há muitos programas mal direcionados. Mais atrasado do que Rondônia, o Acre ainda não conseguiu dar a partida no zoneamento.

Depois de pleitear por três anos recursos de cerca de US\$ 6,4 milhões a bancos alemães, o Estado perdeu a verba. Segundo Enio Machado, "os alemães queriam dominar o programa e impuseram uma consultoria da agência de cooperação do governo alemão, a GIZ". Parte do dinheiro,

US\$ 2,3 milhões, voltaria para a Alemanha como pagamento pela consultoria e o restante seria repassado diretamente ao Estado em cinco anos. Os contatos foram suspensos quando os negociadores alemães conheceram a decisão política do governo do Acre de investir primeiro na construção e reforma das estradas BR 364 e BR 317.

O Acre, no entanto, começa a receber atenção do governo federal, por meio do Ibama. Há cerca de 15 dias o presidente do órgão, Raul Jungmann, esteve no Estado e anunciou a liberação de recursos para a construção de três usinas de beneficiamento de borracha.

Segundo a senadora do PT, Marina Silva, as usinas serão construídas nas cidades de Sena Madureira, Xapuri e no Vale do Juruá. A senadora, que acompanhou a visita de Jungmann, disse ainda que a ação do Ibama vai criar cerca de 200 empregos diretos em cada unidade. O investimento por usina é de cerca de R\$ 110 mil, de acordo com a senadora. Marina defendeu o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia, mas com ressalvas. "Para que uma proposta dessas dê certo é preciso que esteja concatenada com o que já existe de estudo por aqui."

**ESCOLHA DA UNB É COLOCADA EM DÚVIDA**